

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

A CONSTRUÇÃO DE UMA VISIBILIDADE DO TERRITÓRIO NACIONAL

Maria Sarita Mota (UFRRJ)

A Construção de uma Visibilidade do Território Nacional

Resumo

O discurso sanitário, como uma vertente do urbanismo, fomentou debates importantes que influenciaram tanto os planos de reforma urbana quanto os projetos de construção da nação. Destaca-se a necessidade de intervenções estratégicas sobre o espaço e a atuação do Estado de modo a garantir as condições de reprodução das forças de trabalho. A partir dos anos 1910, a prática sanitária deslocou-se das capitais para as cidades do interior do país, em torno da proposta do saneamento rural, cruzando as fronteiras regionais de modo a integrar as populações dos sertões à civilização urbana. Esta comunicação faz uma análise comparativa entre duas expedições que percorreram os caminhos dos sertões do Brasil: a Expedição Científica do Instituto Oswaldo Cruz, realizada entre 1911 e 1913 que, motivada pela ideologia sanitária, visitou as regiões norte e nordeste; e a Expedição Roncador-Xingu, iniciada em 1943, que marchou rumo ao centro-oeste, com o objetivo de preencher os “vazios demográficos” do país. No seu caminho, limites e fronteiras foram fixados, colonos foram assentados e cidades foram criadas. Embora com objetivos diferenciados, essas expedições foram pioneiras na constatação empírica dos problemas sociais que afetavam o desenvolvimento do país e na busca por soluções que melhorassem as condições de vida nas cidades do interior.

1. Cruzando fronteiras: idéias-imagens dos sertões

“É o Brasil moderno e urbano que interroga um Brasil desconhecido, arcaico e rural”.

A cartografia do Brasil, ainda no começo do século XX, representava grandes espaços diferenciados nos mapas com o dizer “região desconhecida”. Aos olhos estrangeiros, a leitura de inúmeros relatórios, mapas, plantas e diários de viagens, criavam toda espécie de curiosidade e de interesse pela “descoberta” dessa terra ignota. Assim, a vontade de conhecer os trópicos mobilizou grande parte dos cientistas, artistas, intelectuais europeus que para cá vieram em busca de mapear a fauna e a flora e o modo de vida tropical. Esses viajantes ilustrados do século XIX se notabilizaram pela representação visual da sociedade brasileira por um viés muitas vezes pitoresco na busca por descrever nossas singularidades. Essas imagens iriam influenciar alguns literatos brasileiros, como Gonçalves Dias, José de Alencar, entre outros, sobretudo, em relação à representação do indígena indissociável da natureza tropical.

Mas essa representação romântica não fora unânime nos discursos da construção da história nacional. No final do século XIX, os índios passaram a constituir um entrave ao avanço do progresso; um obstáculo no meio do caminho das linhas ferroviárias que cortavam o oeste de São Paulo. As propostas para solucionar este problema giravam em torno da incorporação pelo trabalho, pela catequese ou, simplesmente, pelo extermínio. A bem da verdade, eram os povos indígenas que, na sua maioria, ocupavam os “espaços vazios” representados nos mapas da época.

A cartografia histórica representava, assim, o espaço em processo de construção; e as imagens elaboradas nas cartas recortavam o território urbano do mundo natural não-urbano (os “espaços vazios” e mesmo o mundo rural), afirmando a urbanidade como *locus* da ação do sujeito na história. Essas imagens e idéias entendidas como produtos da representação social, corroboraram para a construção de uma visibilidade do território nacional. Deste modo, a cartografia submetia-se ao programa de obras das prefeituras, particularizava imagens das cidades e afirmava o controle do Estado sobre a sociedade urbana.

É no seio dessa sociedade urbana emergente, da cidade compreendida como centro de realizações, que nascerá o discurso científico como instrumento legitimador das ações do Estado sobre toda a sociedade, fornecendo imagens subjacentes ao projeto de construção da nação brasileira. A intelectualidade comprometida com a construção de um país moderno oscilava entre a tradição e a vanguarda. A adesão a uma dessas correntes significava cristalizar certas visões da

cidade (identificada como vanguarda) e do campo (raiz do tradicionalismo); a valorização de um espaço em detrimento do outro, as imagens positivas ou negativas, são ainda atualizadas e acionadas no imaginário social quando se refere à questão da construção de um Brasil moderno.

No limiar do século XX, a cidade do Rio de Janeiro despontava irredutível aos aspectos pitorescos e românticos exaltados pelos artistas europeus dos oitocentos. Símbolo da expressão do urbanismo dos tempos modernos, a Capital Federal remodelada e ajustada ao dinamismo do capitalismo industrial, deveria refletir os signos do progresso extensíveis à nação: o Rio de Janeiro seria a capital moderna de uma nação moderna. A modernização em curso no período republicano era um projeto de construção nacional. Abria-se, assim, entre a segunda metade da década de 1910 e os primeiros anos da década de 1920, um campo de disputas pela legitimação de vários projetos concorrentes elaborados pela intelectualidade brasileira que buscava definir um país moderno e reconstituir a identidade nacional.

No imaginário social, a geopolítica associava o Estado Nacional com um continente, delimitado pela imensa rede hidrográfica, pela vasta floresta tropical e pelas fronteiras com os grupos indígenas. A representação da natureza e do território constituía-se como temas emblemáticos tanto nos discursos ilustrados quanto nos ufanistas sobre a construção da nação.

A palavra de ordem era desbravar os “espaços vazios”; as terras desconhecidas ou ocupadas por índios; o “oeste”; o “sertão”; conhecer, mapear, investigar a realidade brasileira. Criar um saber próprio sobre o país cuja história ressaltava fortes tensões sociais e políticas. Com efeito, o discurso científico evolucionista era o modelo dominante de análise social naquele contexto histórico. Embora perdendo valor explicativo nas sociedades européias, as teorias do evolucionismo social, do darwinismo social, começaram a florescer entre a intelectualidade brasileira desde os anos 1870. Modo geral, as diferenças sociais, notadamente as regionais, eram explicadas pelo discurso científico. Em horizontes mais amplos, os debates sobre o nacionalismo incorporavam o reconhecimento dessas diferenças internas e a construção de uma imagem positiva do país em consonância com o modelo de modernidade, civilidade e progresso das nações européias.

Na República, o discurso científico configurou-se como prática e produção social. As várias expedições científicas, as exposições nacionais, os saraus literários, tornaram-se momentos privilegiados de reflexão política sobre a nacionalidade. A continuidade do reconhecimento territorial, a demarcação tanto das fronteiras internas quanto das externas, a colonização dos

“espaços vazios”, tornaram-se o próprio centro do projeto nacional, realizando a identidade geográfica e cultural brasileira, como um continente autônomo e uma sociedade que se queria homogeneizada. O nacionalismo geográfico seria retomado com a Expedição Rondon, ao mapear, de 1906 a 1910, vastas extensões territoriais, ligando o país através de redes de telégrafos, redefinindo limites e fronteiras, definindo relações com os “outros” (neste caso, os grupos indígenas).

As interpretações sobre a vida social eram diversas e de ampla circulação pela imprensa da época. Mas caberia aos intelectuais um papel fundamental no delineamento de um perfil para a nação, capaz de garantir identidade própria. A organização nacional deveria recuperar o homem do campo, pois nele estaria a nossa originalidade, segundo Alberto Torres — um dos intelectuais mais influentes da época. Para Torres, a verdadeira nacionalidade do país resultaria do estudo racional dos dados concretos da terra e da sociedade. Entre os vários projetos de nacionalidade, a integração do território era consenso. E, inicialmente, foi marcada por grandes expedições científicas comandadas por brasileiros como Cândido Rondon, Roquette Pinto, Noel Nutels entre outros, que colocaram em prática o estudo racional da terra e da sociedade, como preconizara Alberto Torres. No entanto, sua voz não era única, como se sabe, e havia aqueles que defendiam os interesses da incipiente burguesia industrial, a imigração como solução para a mestiçagem; portanto, não viam com bons olhos a incorporação dos negros, índios e caboclos dos sertões ao corpus social da nação.

Os relatos das viagens realizadas por esses cientistas informavam os debates sobre a construção do Brasil como nação. Ao estudarem as condições de moradia, de saúde, as relações de trabalho, os costumes dos povos indígenas da Amazônia e de outros estados, os cientistas estavam realizando um retrato do Brasil, redefinindo crenças comuns, projetando novos ideais que se cristalizavam na medida em que se tornavam idéias-forças em torno das quais se estruturavam as aspirações nacionais. A própria categoria “expedição científica” já evidencia uma singularidade no modo como esta deve ser conduzida visando seus objetivos.

Instituições preocupadas com o conhecimento mais amplo do país, principalmente em relação à integridade nacional, vinham organizando expedições científicas para percorrer o interior, identificar sua população e mapear os sertões, como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, preocupado com a construção da memória do país; a Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo, voltada para as terras do oeste paulista desde o fim do século XIX, e a Expedição

Científica organizada pelo Instituto Oswaldo Cruz, entre 1911 e 1913. Esta última percorreu o interior mapeando as condições de saneamento e de saúde das populações rurais. A idéia geral era de promover o “progresso da civilização” a começar pela sanitização das cidades.

Desconsiderando-se as expedições etnográficas e as promovidas por estrangeiros, pode-se dizer que levar a civilização e o progresso aos rincões do país era o objetivo de tais empreendimentos. Para isso, era necessária a construção de vias de comunicação que pudessem integrar todos os estados da federação e, ao mesmo tempo, reforçar a presença do Estado nas disputas políticas locais. A idéia de progresso que se almejava para o interior da nação encontrou na ferrovia seu maior expoente. Entende-se o porque da necessidade de rapidez em um país de dimensões continentais como o Brasil, com vasta área desconhecida e pouco povoada e os limites entre os estados ainda imprecisos. Várias ações foram empreendidas no sentido de colocar o país em dia na marcha do progresso em prol da civilização.

A saúde pública tornara-se prioridade desde a primeira década do século XX, quando Oswaldo Cruz reformulou o Código Sanitário e tomou a direção do Instituto de Manguinhos. O médico sanitário havia sido titular da Diretoria Geral de Saúde Pública, subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O novo movimento sanitário da década de 1910, percorrerá o interior realizando campanhas de saneamento. Oswaldo Cruz teve êxito no combate a febre amarela no Pará bem como na Amazônia, onde a malária havia vitimado muitos trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Mas essas ações ainda eram pontuais, localizadas em áreas específicas em torno de grandes empreendimentos estatais. Em resumo, visavam tão-somente à implantação de métodos de profilaxia da malária, o combate à febre amarela e a formulação de um currículo para formar médicos sanitários no Brasil.

No que pese a participação das academias científicas no debate sobre os problemas de saúde pública que afetavam o desenvolvimento do país, essas instituições acabaram por promover a propagação de teorias científicas estrangeiras de modo totalmente original (SCHWARCZ, 1993). Nas disputas pela hegemonia no campo científico, as instituições buscaram manter intercâmbios com grandes centros internacionais de ciências, na organização de expedições para pesquisa de campo médico-sanitário (principalmente sobre a causa de doenças tropicais desconhecidas do litoral); pesquisas etnográficas; geológicas, e na publicação e circulação de revistas produzidas pelos museus e academias.

Vale lembrar que o órgão que administrava a saúde pública era a Diretoria de Saúde Pública e do Interior. De antemão, já se estabelecia uma direção a tomar pelas expedições — os sertões — como produto de políticas públicas voltadas para a integração do território nacional sob a ideologia do sanitarismo. Somente na década de 1950, a saúde teria uma pasta ministerial própria. A Lei nº 1.920, de 25.07.1953, Art. 2º, cria o Ministério da Saúde. Anteriormente, o Decreto nº 19.402, de 14.11.1930, criara o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que, por força da Lei nº 378, de 13.01.1937, passou a denominar-se Ministério da Educação e Saúde. Nota-se que o Estado Novo associou as questões de saúde à educação assim como nos primeiros anos da República vinculava-se a integração do interior do país a questão da saúde pública.

A visibilidade do território nacional começava a ser construída por meio dos relatórios e diários de viagens de médicos-sanitaristas (funcionários públicos a serviço de suas instituições); pelas coleções fotográficas que se acumulavam e na criação de arquivos institucionais. A fotografia era um recurso moderno que podiam contar esses novos viajantes a caminho dos sertões. Havia a intenção explícita de registrar as condições de vida, a paisagem, os personagens do imenso cenário dos sertões e que levou a constituição de grandes coleções fotográficas — rica documentação visual que permite pensar nos sertões como lugar de memória. Do conjunto dessas fotografias, pode-se conceber séries temáticas o que permite captar novas informações. Por exemplo, a análise das fotos presentes no Catálogo do Instituto Oswaldo Cruz permite reconhecer de imediato a constituição de um inventário das diferenças regionais. Realizadas em ambientes abertos, à luz do dia, focando situações cotidianas (o trabalho no campo, a construção de açudes, os meios de transportes, a natureza, grupos familiares, moradias, etc), percebe-se que a região nordeste fora retratada como eterno espaço da seca, merecedora da atenção do poder público. O norte, despovoado, era um imenso território desconhecido e habitado por índios hostis.

O sertão era um grande laboratório social para os cientistas expedicionários do Instituto Oswaldo Cruz. As fotografias catalogavam as doenças tropicais: impaludismo, bócio, febre amarela, leishmaniose, etc. As imagens do interior do país apareciam como um espetáculo de carências primitivas, lugar da miséria, da fome, do atraso, do analfabetismo. Logo, percebe-se uma leitura dualista da realidade social do país: regiões desenvolvidas x subdesenvolvidas; o moderno x atraso; o litoral x sertão; o urbano x rural. Dois “brasis” em conflito quase insolúveis.

Os intelectuais à frente dos institutos de pesquisa e demais órgãos públicos foram os principais articuladores dessa construção discursiva e no uso da história, da geografia, da técnica fotográfica para a representação dos sertões. Construía-se, assim, uma memória coletiva da identidade nacional que também passava pela delimitação dos espaços territoriais. Deste modo, também foram concebidas as imagens da Expedição Roncador-Xingu. Administrada pela Fundação Brasil Central, essa Expedição deveria preencher os “brancos” nas cartas geográficas brasileiras, integrando a região centro-oeste ao norte e sul do país.

De certa forma, os saberes dos médicos sanitaristas de 1913 foram re-significados trinta anos depois pelos irmãos Cláudio, Orlando e Leonardo Villas Bôas, sertanistas lendários que não mediram esforços para assistir a população que iam encontrando pelos caminhos da *marcha para o Oeste* dos anos 1940. Vários médicos cariocas acompanharam a Expedição, mas destaca-se a presença do sanitarista Dr Noel Nutels, pelo fato de ter pertencido aos quadros do Instituto Oswaldo Cruz. Dr Nutels foi solicitado pela FBC para implementar a profilaxia da malária e para o atendimento dos doentes. Relatam os irmãos Villas Bôas que “o Araguaia e o Garças, na época da chegada da Fundação, viviam fora do alcance dos socorros médicos. Só aqueles mais abastados podiam se dar ao luxo de sair da área à procura de uma melhor assistência médica”. Deste modo, a população via como uma grande novidade a instalação dos primeiros ambulatórios médicos na região, o que motivou uma romaria às bases da Expedição.

As duas expedições, originárias da Capital Federal, cruzaram as fronteiras do país levando a bandeira da civilização as terras ígnoras, as cidades do interior. Os resultados alcançados, longe de concretizar os ideais sonhados, tornaram visíveis os projetos de integração territorial e os esforços para uma definição da identidade nacional.

2. Uma Expedição Científica percorrendo os sertões: o processo civilizador na construção da identidade nacional

“No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a inflorescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisíaca em escachô permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das gotas. Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive...” (MONTEIRO LOBATO. *Urupês*).

“Não que ele [sertanejo] assim seja [miserável e doente] por influência da raça e do clima. Ele é, sobretudo, uma vítima indefesa da doença, da ignorância e da deficiência ou do vício de

alimentação. Preserve-se das doenças, alimenta-se conveniente, dê-se-lhe instrução e a produção de seu trabalho” (PENNA, 1918: 14).

O acervo do Instituto Oswaldo Cruz contabiliza cerca de 900 registros fotográficos das expedições científicas realizadas entre os anos 1911 e 1913. Desse conjunto, alguns temas são recorrentes nas imagens produzidas: “trabalho, vida social, transportes, paisagem urbana, paisagem rural/fluvial, doentes, retratos, famílias e imagens da própria expedição”, como informa o catálogo do Instituto publicado em 1993. Esses temas abrangem a vida social do interior do país capturados pelas lentes dos fotógrafos que acompanhavam os cientistas expedicionários. A primeira vista, as fotografias documentam uma realidade até então desconhecida na Capital Federal. Percebe-se o contraste entre os habitantes das cidades e os personagens que moravam no interior do país. A circulação dessas imagens na imprensa da época era acompanhada de textos que desvalorizavam a floresta tropical representada como sombria, selvagem, deserta, desabitada, lar de animais e de índios hostis; enfim, o mundo rural era o lugar da barbárie. Diziam da necessidade de fomentar uma nova mentalidade na população, de se erguer uma nação civilizada.

No que se refere à produção das imagens, cabe ressaltar a condição do fotógrafo viajante a serviço de uma expedição científica. Neste sentido, as fotografias podem ser interpretadas como um indício de um olhar predisposto à seleção de vistas singulares, possivelmente de paisagens insuspeitadas percebidas por um golpe de vista. Destaca-se, em algumas fotografias, o modo irregular da distribuição da natureza: os acidentes do terreno, o crescimento incomum de plantas, a surpresa com as forças da natureza como a aparição de grandes árvores e rochedos, as correntezas intransponíveis dos rios caudalosos, embora sejam poucas as vistas panorâmicas.

Com efeito, os fotógrafos da expedição fazem uso da prática científica para a configuração das cenas da vida humana nos sertões; da sociabilidade e das atividades rurais. Observam o sertanejo em suas práticas cotidianas revelando a natureza da sociedade rural de um ponto de vista pretensamente neutro, não dando lugar a uma idealização da vida rural. Pode-se dizer que esses fotógrafos expõem uma percepção estética partilhada por todos os expedicionários. Seu foco é semelhante ao do cientista que diagnostica e classifica a realidade estudada com clara intenção documental. Em relação a imagens de pessoas acometidas pelas endemias rurais e também no caso dos retratos dos índios, o que se percebe é que os fotógrafos não prescindiram dos critérios da ciência taxonômica.

Em geral, os retratos capturam poses de famílias rurais com suas moradias ao fundo; pessoas em trajes de passeio, detalhes da indumentária, fisionomias a serem traduzidas para um quadro cultural na medida em que possam narrar costumes, crenças, valores (como a continuidade do patriarcado rural, dado a ver em retratos de alguns grupos familiares). Os expedicionários buscam por meio das imagens as características regionais do país.

O escritor Euclides da Cunha já havia apresentado *os sertões* para a população do litoral: a morfologia da terra, o clima, as secas, a violência, as sub-raças sertanejas do Brasil. Sobre os sertanejos, disse Euclides, este era, “antes de tudo, um forte”. E continua: “não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”. Apesar de Euclides exaltar os sertões como elemento primordial para a construção da nação, a Expedição de Manguinhos mostrará o contrário em relação à saúde do sertanejo: a debilidade dos habitantes do interior causada pelas endemias rurais, principalmente a malária e a ancilostomose. No entanto, a debilidade não era mais explicada pela eugenia, ou seja, pela “influência da raça e do clima” que teria produzido uma população incapaz de se adaptar à sociedade democrática, como atestou Belisário Penna; mas pela falta de informação das populações do interior e pela deficiência de políticas de saúde pública. O discurso médico agregava também ao diagnóstico o abandono social a que estavam relegadas aquela população das regiões norte e nordeste do país. As ações profiláticas que empreendiam em meio a pesquisas médico-experimentais visavam incorporar, economicamente, ao corpo da nação as populações isoladas do interior do país.

Sob o manto civilizador da ciência e sob a direção de Oswaldo Cruz, caberia aos cientistas de Manguinhos implementar ações de saneamento nas cidades assoladas, desde o início do século passado, por uma série de epidemias como tuberculose, febre amarela, febre tifóide, varíola, peste bubônica, entre outras, que ceifavam milhares de vidas e afastavam os investimentos e a imigração de estrangeiros que se desejava, povoasse o país. A ordem era proceder ao saneamento da Capital Federal pois dela dependia o desenvolvimento de todo o país. Neste contexto, sanear também significa “vigiar e punir”. E aqui a referência se faz tanto ao episódio da Revolta da Vacina quanto a participação de higienistas e sanitaristas entre os principais formuladores das concepções organicistas da cidade que se modernizava no limiar do século XX. A constante analogia entre a saúde da cidade e a do corpo humano apontava para a constituição do próprio corpus social na nova ordem econômica que se constituía.

As expedições científicas realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, em geral, atendiam a solicitações de órgãos públicos e atuavam em pontos estratégicos como os portos brasileiros; nas construções de barragens ou hidrelétricas; nas construções de estradas de ferro. Sua principal missão era promover ações profiláticas contra a malária, a febre amarela, nesses canteiros de obras públicas. Participaram dessas expedições: Astrogildo Machado e Antônio Martins, em 1911, que percorreram os vales do São Francisco e Tocantins; Belisário Penna e Arthur Neiva, em 1912, foram para o norte da Bahia, o sudeste de Pernambuco, o sul do Piauí e ainda percorreram Goiás de norte a sul; João P. de Albuquerque e José G. de Faria, em 1912, foram para o Ceará e o norte de Piauí; Adolpho Lutz e Astrogildo Machado, em 1912, desceram o rio São Francisco, de Pirapora a Juazeiro; Carlos Chagas, Pacheco Leão e João P. de Albuquerque em 1912/1913, percorreram a bacia amazônica.

Entretanto, entre outubro de 1912 e março de 1913, as expedições deste período deslocaram o foco das ações profiláticas para investigações científicas. *As Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* reúnem relatórios e diários de viagens dos cientistas e suas preocupações com as condições de vida da população isolada do interior do país. Na impossibilidade de comentar todos as impressões dos cientistas expedicionários, destaca-se a atuação de Belisário Penna, incansável defensor do saneamento rural e que influenciará Monteiro Lobato na mudança de visão sobre o seu Jeca Tatu:

“Bastou que a ciência experimental, após a série de instantâneos cruéis que o diário de viagem de Arthur Neiva e Belisário Penna lhe pôs diante dos olhos, propalasse a opinião do microscópio, e esta fornecesse à parasitologia elementos para definitivas conclusões, bastou isso para que o problema se visse, pela primeira vez, enfocado sob um feixe de luz rutilante. E instantaneamente vimo-la evoluir para o terreno da aplicação prática”. (LOBATO; 1964:297).

Estava certo Monteiro Lobato ao afirmar o alcance das expedições de Neiva e Penna. Os problemas vieram à tona por meio dos diários e das imagens registradas. Era um Brasil de um povo doente, indolente, analfabeto, que precisava ser tratado. Era preciso educar o povo para elevá-lo na escala da civilização. Dizia Paulo Pestana nos anos 1920: “gravai no cérebro do Jeca Tatu o alfabeto e ele não se modificará: continuará enfermo, indolente, fatalista, incapaz. Educai-o e vereis como adquire saúde e desperta e se transforma ao impulso de energias renascentes”. (*O Estado de São Paulo*, 1921). Saúde e educação passariam a ter prioridade no governo de Getúlio Vargas para a consecução de seu projeto de nação.

A viagem de 1912 possibilitou que Belisário Penna confirmasse que

“3/4 dos brasileiros vegetam miseravelmente nos latifúndios e nas favelas das cidades, pobres parias que, no país do nascimento, perambulam como mendigos, estranhos, expatriados na própria pátria, quais aves de arribação de região em região, de cidade em cidade, de fazenda em fazenda, desnutridos, esfarrapados, famintos, ferreteados com a preguiça verminótica, a anemia palustre, as mutilações da lepra, das deformações do bócio endêmico, as devstações da tuberculose, dos males venéreos e da cachaça, a inconsciência da ignorância, a cegueira do tracoma, as podridões da boubá, da leishmaniose, das úlceras fragedêmicas, difundindo sem peias esses males”.

O dever do higienista, para Belisário Penna “não cabe apenas a verificação e identificação das doenças e dos vícios. Cabe-lhe sobretudo o dever de remover os fatores sociais que criaram, mantem e incrementam aqueles flagelos. Sem a sua remoção, pela aplicação de remédios sociais, serão insignificantes os resultados de medidas de higiene, educação e assistência, porque atacam apenas os efeitos, deixando intacta a causa”. (*Revista Brasileira de Estatística*, ano II, número 8). Defendia o autor *de O Saneamento dos Sertões*, e posteriormente, ministro da Educação e da Saúde, a necessidade da adoção de uma política agro-sanitária, colonizadora e educadora para a fixação do homem no campo. Era uma forma de minar o poder das oligarquias regionais; conter a migração rural-urbana e deter o avanço do agravamento da “questão social”.

O ruralismo pedagógico (transformando o analfabetismo em “doença nacional”) e as expedições científicas (que mostraram que “o Brasil era um imenso hospital”), nas primeiras décadas do século XX, chamaram a atenção para as origens dos problemas sociais e forneceram as bases para o discurso de Getúlio Vargas da “volta aos campos”: “era preciso educar as populações rurais, povoar e sanear o interior”.

3. A Expedição Roncador-Xingu: a transformação do espaço em território

“O programa de ‘Rumo ao Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de culturas. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo!” (“No limiar do ano de 1938”. Discurso de Getúlio Vargas).

Com este discurso é anunciada a *Marcha para Oeste* com a qual o governo visava à ocupação territorial da região Centro-Oeste, redirecionando a migração interna através de programas que criassem colônias agrícolas para pequenas e médias propriedades rurais, e atendendo as exigências para criar e ampliar um mercado interno no país. Durante o Estado Novo, as ações voltadas para a ocupação e a colonização se efetivaram de várias maneiras. Foram

criados o Plano Nacional de Viação, a Expedição Roncador-Xingu, a Fundação Brasil-Central, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Conselho de Imigração e Colonização.

A Expedição foi oficializada pela Portaria nº 77, de 03 de junho de 1943. Partiu em 03 de dezembro de 1943, com os objetivos de conhecer e desbravar áreas que apareciam “em branco” nos mapas; realizar obras de infra-estrutura para permitir a ocupação por não-índios e integrar economicamente o centro-oeste ao norte e sul do país e, com o avançar da *marcha*, criariam um plano de alongar a rota do Correio Aéreo Nacional (CAN). Através do Decreto-Lei nº 5.801, de 8 de setembro de 1943, o presidente Getúlio Vargas declarou a Expedição Roncador-Xingu de interesse militar para fins de direito.

Os planos da Expedição foram traçados no Rio de Janeiro, mas São Paulo forneceria as primeiras doações através da campanha do Ministro João Alberto Lins de Barros, designado pelo presidente Vargas para organizar a Expedição. De São Paulo, foram recrutados trabalhadores que se dirigiram para Uberlândia — a boca do sertão, rumo a Aragarças (GO), cidade limítrofe com Mato Grosso pelo rio Araguaia; dali, a expedição atravessaria para Barra do Garças, na margem esquerda do mesmo rio. Neste local, foi criada a primeira base de apoio. Os lendários irmãos Cláudio, Orlando e Leonardo Villas Bôas foram convidados para chefiar a vanguarda da Expedição. Nas suas palavras, “o grande território por onde fluem as águas da região do Alto Xingu, compreendido entre a Serra do Roncador e as cabeceiras do Tapajós, encontra-se ainda em grande parte inexplorado. (...) Na vastíssima região povoada apenas por índios arredios, correm caudalosos rios ainda completamente desconhecidos.”

Assim, a Expedição deveria preencher os “vazios” das cartas geográficas. E a missão dos irmãos Villas Bôas era também contatar grupos indígenas que vivessem nos locais onde seriam implantados os núcleos de povoamento. Essa missão se estendeu pela década de 1950 e início dos anos 1960 e foi acompanhada por uma forte campanha para demarcar e proteger as terras indígenas da região. A interiorização do país era concebida como um movimento expansionista e para Vargas significa exatamente o tipo de imperialismo brasileiro em um contexto mundial de guerras.

O objetivo da primeira fase era partir de Aragarças rumo ao Rio das Mortes. Deveriam fundar um estabelecimento de colonização na região. A marcha continuaria até a lendária Serra do Roncador em busca de um local adequado para a fundação de um núcleo de povoamento bem como a construção de um campo de pouso. Os expedicionários ainda deveriam criar vias de

comunicação; explorar os rios nas regiões do Xingu. Após cruzar a Serra do Roncador, a Expedição destacaria um agrupamento para melhorar os caminhos e fixar, anualmente, cerca de 200 famílias.

A *Revista Brasileira de Geografia* publicou em setembro de 1943, a seguinte notícia:

“A presente bandeira destina-se à descoberta de riquezas e à abertura de roteiros. Estudará a criação de núcleos agrícolas que possam receber, todos os anos, maiores contingentes de povoadores; tratará de possibilidades de exploração das imensas reservas minerais do planalto central e, finalmente, abrirá estradas, construirá campos de pouso, preparando o estabelecimento futuro de uma linha aérea que diminuirá, de algumas horas, a ligação entre o centro político do sul e o extremo-norte”. (RBG, 1943:513-6).

A Expedição resgatava o caráter das bandeiras até no seu sentido de rastreamento das riquezas minerais. Sobressaí, também os usos políticos das ofertas ideológicas do projeto de Vargas de “fazer coincidir as fronteiras econômicas com as políticas” (LENHARO, 1984). Ainda a mesma revista informava sobre a colonização que se pretendia estabelecer as margens do rio das Mortes. Seriam encaminhados imigrantes “procedentes de vários pontos do Brasil, como dos países europeus, cujas populações rumarão, sem dúvida, em grandes levas para a América, quando terminar a guerra. Este núcleo populacional será sediado, possivelmente, na foz do rio das Mortes, onde já está sendo preparado um campo de aviação de 1.400 metros”. (RGB, 1943:515).

A representação da Expedição Roncador-Xingu com o movimento histórico das bandeiras reforça a continuidade da ação colonizadora sobre o território e, ao mesmo tempo, a preocupação com as regiões de fronteira. A defesa do território seria assegurada pelo povoamento.

No coração do desconhecido, novas cidades são criadas

“Tenho a honra e a satisfação de participar a V.Exma (...) que no dia 28 de fevereiro a expedição Roncador-Xingu atingiu com sua picada de marcha a margem direita do Rio das Mortes, bem junto da Serra do Roncador. Vencendo assim, a primeira etapa e concorrendo, em parte, a grande realização da Marcha para o Oeste. Cel Vanique”.

Nesta Mensagem transmitida ao Presidente Getúlio Vargas pelo Cel Flaviano de Mattos Vanique, chefe da Expedição, os expedicionários diziam ter cumprido com seus objetivos de abrir estradas, construir campos de aviação e reordenar o roteiro. Nesse primeiro trajeto, a Expedição atravessou o território dos Xavantes. Os primeiros grupos indígenas contatados foram os Kalapalo, no rio Kuluene; depois os Kamayurá e Trumái. Deste ponto em diante, a meta passou a ser a cidade de Manaus. Por meio da instalação de campos de pouso também seria

criada uma ligação aérea com o Rio de Janeiro. Foram abertos os campos de pouso de São Félix, Campo dos Índios, Tanguro e Kuluene. Previa-se também uma linha de sudeste a noroeste, partindo do rio Araguaia, seguindo pelo rio das Mortes e as cabeceiras do Xingu; depois, pelo rio Tapajós atravessando as terras inexploradas da parte setentrional de Mato Grosso e Pará meridional, cruzando, finalmente, o curso inferior do rio Madeira até a meta final em Manaus. Os índios, nas áreas de fronteiras, tinham parte de suas terras invadidas para a construção dos campos de aviação.

Vale ressaltar que o projeto nacionalista de Vargas via na aviação civil e militar uma possibilidade de encurtar as distâncias territoriais. No início do governo provisório, Vargas criou o Departamento de Aeronáutica Civil (1931) e, em 1933, reorganizou a aviação militar. O Ministério da Aeronáutica seria criado em 1941. De seus quadros saíram alguns militares que se juntaram a Expedição Roncador-Xingu e que também teriam importância na administração do Serviço de Proteção aos Índios.

O cotidiano da Expedição foi marcado pela busca da Serra do Roncador; pelas demarcações do território e localização dos rios e seus afluentes; pela constante dependência do avião como principal meio de transporte de equipamentos e de pessoal para os postos de apoio e, principalmente, reconhecimento aéreo das rotas. A ampliação da rota do Correio Aéreo Nacional possibilitou a realização de missões de médicos sanitaristas junto às populações das regiões do sul da Amazônia.

É recorrente no diário dos irmãos Villas Bôas o suspense em relação ao contato com os índios desconhecidos (sobretudo os temidos Txucarramães), bem como a precariedade de alimentos (alimentaram-se de carne de jaguatirica, anta, cervo, tamanduá, tracajá — principalmente os ovos, iguaria que era disputada com os índios). Doenças como a malária, a falta de medicamentos, insetos e intempéries colocavam em risco a saúde de toda a expedição. Dificuldades de comunicação com a base da Expedição atrasavam o avanço dos trabalhos na abertura de campos de aviação. A deserção de tropeiros que não se adaptavam também prejudicava as frentes de trabalho. Era necessário contar com a ajuda dos índios pacificados para encontrar os caminhos pelo sertão bem como a atuação deles como interpretes nos contatos com outros grupos desconhecidos.

As constantes visitas de personalidades políticas, jornalistas internacionais, cientistas, quebravam a rotina dos trabalhos. Relatórios técnicos tinham que ser enviados para a Fundação

Brasil Central também como meio de garantir a renovação dos suprimentos e de pessoal; os Villas Bôas ainda mantinham acesas a curiosidade dos habitantes dos grandes centros urbanos enviando mensagens de situações pitorescas ocorridas no percurso da expedição para o *Repórter Esso*, a *Revista O Cruzeiro*, e outros veículos de comunicação. O hastear da bandeira nacional aos domingos, dizia do nível de civismo dos expedicionários. Modo geral, todos os participantes da epopéia propagavam-se cumpridores de uma missão.

O avanço da Expedição pelas terras mato-grossenses gerou oposições tanto em escala regional quanto nacional. Uma arena de disputas políticas foi criada em meio aos debates sobre a fundação do Parque Nacional do Xingu. De um lado, o Serviço de Proteção ao Índio e de outro a Fundação. Em geral, estes órgãos tinham seus interesses em choque em relação à questão territorial. Por exemplo, quando se pretendia instalar uma base e determinada área era disputada tanto pelo SPI quanto pela Fundação.

Outra arena de conflitos era o da aquisição de terras por concessão dos estados. A Fundação poderia adquirir terras acima de 500 hectares por um prazo de dez anos e contratar empresas e dividir com elas os lucros obtidos de suas atividades com chancela do governo federal. Esta situação de intervenção da União nos estados gerou toda a sorte de controvérsias, refletindo o autoritarismo do Estado Novo.

Assim, a FBC foi um instrumento do Estado sobre o território. Os “espaços vazios” do sertão tornavam-se territórios de disputas na incorporação ao mercado capitalista de terras. A terra ignota, ao ser ocupada, ia revelando interesses conflitantes por trás do ideário da integração da nação que arrastou centenas de brasileiros em marcha pelos confins do Oeste.

Mas o feito que mais nos interessa destacar é o da criação de novas cidades na região das nascentes do rio Xingu. O Ministro João Alberto Lins de Barros, da Coordenação e Mobilização Econômica, encarregado de administrar a Expedição, não desejava que as novas cidades criadas tivessem os sufixos “polis” e “ândia”. Assim foram criadas Aragarças (Araguaia + Garças), Xavantina (por ser território dos índios Xavantes), São Félix do Araguaia... No total, foram 42 cidades e vilas com população acima de um milhão de habitantes.

À medida do avanço da expedição, um novo território surgia, não mais como espaço e sim como lugar de riquezas aos olhos da nação. O centro-oeste constituía-se como uma região de fronteira aberta e a possibilidade de aquisição de terras e de exploração das riquezas regionais impulsionaram o povoamento local. Inicialmente, os assentamentos fizeram-se sob a

administração da Fundação Brasil Central até 1967, com colonos do norte e do nordeste. Extinta a FBC, organizam-se empresas e cooperativas privadas que orientaram o povoamento da região à medida dos novos ciclos da borracha, ou visando exploração de diamantes, da lavoura, da pecuária. Nos final dos anos 1970, as pequenas vilas e distritos começam a transformar-se em sedes de municípios.

Considerações finais

Comparando as imagens das duas expedições, observamos: a) os expedicionários reivindicavam o sentido de missão e concebiam-se desempenhando um papel civilizador; b) ambos eram funcionários públicos ou vinculados ao aparelho de Estado em expansão: os cientistas de Manguinhos pertenciam aos quadros da Diretoria Geral de Saúde Pública, e os sertanistas da Expedição Roncador-Xingu, aos quadros da Fundação Brasil Central; c) estavam vinculados a uma das vertentes do projeto nacionalista; d) a visão dualista da sociedade estava presente nos discursos e imagens produzidas pelas expedições; e) os caminhos percorridos convergiram para a região amazônica; f) contribuíram para estender a atuação do Estado em regiões onde sua presença não se fazia notar; g) discutiram o que representava o indígena em termos de uma política de ocupação definitiva do território pelo Estado; h) participaram da construção de uma memória social sobre aquilo que se queria representar.

A modernização do país tem sido realizada em nome do progresso, da ciência, do urbanismo. Várias foram as vertentes dos projetos de construção da nação ao longo da história do Brasil. As expedições organizadas informavam aos moradores dos centros urbanos a realidade desconhecida da população do interior do país.

Os cientistas de Manguinhos e os sertanistas da *Marcha para o Oeste* encontraram no uso da fotografia um instrumento valioso e capaz de registrar a situação em que vivia o homem do interior. Essa documentação visual apresentava aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais das regiões visitadas, constituindo uma prova dos problemas que afetavam o desenvolvimento do país. Deste modo, as imagens apresentam-se como se fosse o real e passam a ocupar o espaço do lugar (BENJAMIN, 1987, pp. 165-196). Os sertões foram se tornando lugares de memória; sua paisagem, seus personagens, os tipos sociais rurais encontrados no campo foram inventariados com intenção de prova documental. As imagens fotográficas criaram um suporte da

memória social, sendo possível estudar a constituição mesma da nacionalidade brasileira, sempre marcada pelas diferenças entre o urbano e o rural; o arcaico e o moderno.

Onde estaria a legítima identidade brasileira? Nas populações do interior, vítimas das doenças, da ignorância, do analfabetismo, onde ainda era possível encontrar as sociabilidades tradicionais (laços familiares e locais, valores morais e religiosos), ou nos habitantes civilizados das cidades? Essa discussão ainda informaria, na Era Vargas, os debates acerca dos rumos do desenvolvimento econômico do país. Que caminho seguir: a “vocação” agrária ou a industrial-urbana?

Os ecos desse discurso vinham de longa data. Desde a proclamação da República tornava-se mais nítido o processo de construção do capitalismo e da sociedade civil. As perspectivas de um cenário urbano e industrial tornaram evidentes para o Estado a necessidade de uma intervenção orgânica no campo com o objetivo de corrigir as debilidades da economia rural e, conseqüentemente, do homem rural, potencialmente transformado em mão-de-obra migrante carente de qualificação profissional.

Alberto Torres enfatizava que a criação de uma democracia dependia da existência de um estado autoritário. Seu discurso antiliberal e sua crença na justiça do Estado construíram argumentos fundamentais para um projeto de construção da nacionalidade brasileira que permanecia dispersa e inorgânica. A primazia do Estado sobre a sociedade civil justificava-se pelo evolucionismo-positivista do pensamento de Torres no qual o Estado surgia como solução, “como órgão da vida social das nações” (TORRES, 1915, p. 40). Na segunda década do século XX, uma das vertentes do discurso sobre a nacionalidade, acreditava que uma das vias para a solução do desenvolvimento era a exploração sistemática e racional dos recursos agrícolas, deixando em segundo plano a industrialização e a urbanização.

Magalhães Corrêa, que fazia parte dos quadros da Sociedade de Amigos de Alberto Torres, talvez imbuído do espírito do ruralismo pedagógico da época, ao escrever nos anos 1930, o seu célebre “o sertão carioca” e divulgando os tipos sociais que formavam a população rural dos subúrbios cariocas, acreditava na possibilidade de que os próprios sertanejos, na medida em que o Estado lhes proporcionassem a necessária assistência técnica (insumos, maquinários, financiamentos), se transformariam nos principais protetores do seu ambiente, ali permanecendo. Vê-se que essa concepção baseava-se em um discurso essencialmente conservador-nacionalista.

Belisário Penna, que foi diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e, posteriormente, Ministro da Educação e Saúde, também abordou os temas do latifúndio e da propriedade da terra em uma conferência realizada em 1931.

“Estou absolutamente convencido (...) da urgente necessidade de fixar na pequena propriedade rural, tanto o elemento nacional quanto o estrangeiro; da organização do saneamento rural, da larga assistência e educação higiênica e profissional do povo, como medidas fundamentais da prosperidade econômica do Brasil, e sua conseqüente e benéfica transformação político-social”.

Em 1916, Belisário Penna havia iniciado uma campanha “pelo saneamento físico e moral do Brasil”, instalando o primeiro posto de profilaxia rural do país no subúrbio de Vigário Geral, na cidade do Rio de Janeiro. Na década de 1930, após ter percorrido o interior do país, suas preocupações voltaram-se para a questão da terra, não pensada pelos engenheiros-sanitaristas. De acordo com os dados apontados pelo autor, naquele momento 90% das famílias brasileiras não possuíam um pedaço de terra ou casa própria. Denunciava assim, com base no Censo de 1920, a precária situação dos trabalhadores rurais nos latifúndios. A posse da pequena propriedade pelo trabalhador garantiria o fortalecimento da família (que funciona como importante núcleo social) e, portanto, da moral, seu sustento e sua participação no desenvolvimento do país: “A pequena propriedade significa trabalho livre e independência. Prende o indivíduo à terra, estimula o trabalho agrícola, desperta o amor à natureza e à ordem, fortalece o espírito da família(...)”, argumentava Belisário Penna.

Mas a questão da terra voltaria a estar presente na Expedição Roncador-Xingu. No dizer dos irmãos Villas Bôas, “a marcha para Oeste, representada pela Expedição, deslocaria a fronteira para o sudoeste goiano e para os vales dos rios Araguaia, Xingu e Tapajós, construindo estradas, pistas de aviões, fazendas de gado, cidades, enfim, semeando a modernidade”. Para o povoamento desejado, algumas terras foram compradas pela FBC; outras, tomadas dos índios e a posse justificada pelo discurso das aldeias abandonadas, pelo nomadismo indígena.

A Expedição Científica de Manguinhos não tinha como objetivo a construção de cidades tampouco a pacificação dos índios (já iniciada pela Expedição Rondon), mas percorreram quase os mesmos caminhos que a Roncador-Xingu, encontrando também o elemento indígena. Sobre este último aspecto, cabe ainda perguntar: qual o lugar dos índios no projeto de construção nacional? Quais idéias e práticas circulavam nos dois contextos e que possibilitaram a constituição e a elaboração de uma política indigenista fomentada pelo Estado brasileiro?

As imagens da Expedição do Instituto Oswaldo Cruz mostram retratos de índios já aculturados. Um retrato revelador da concepção que se tinha da integração do indígena ao projeto da construção da identidade nacional. Uma nova inflexão ao tratamento dispensado aos grupos indígenas pode ser percebida na ação dos irmãos sertanistas. Não se tratava mais de pacificar os índios retirando-os de seu *habitat*, e da utilização de práticas de catequese. Mesmo que se possa ler no diário dos irmãos Villas Bôas a idéia de levar a civilização aos gentios, a ação que impetraram foi no sentido de preservar ao máximo a cultura dos povos da Amazônia. As cenas registradas no diário de campo dos irmãos sertanistas mostram os índios em seu meio natural, em situações cotidianas de pesca, caça, alimentação, ritual. No entanto, o Serviço de Proteção aos Índios questionava os atos dos tropeiros que acompanhavam a vanguarda da Expedição, ou seja, os carregadores, mateiros, cozinheiros, pois a “boa intenção” dos irmãos sertanistas nem sempre se fazia notar pelo restante dos expedicionários.

Vale lembrar das várias missões religiosas ocorridas nas regiões de fronteira política amazônica nos anos 1960, com o apoio da Força Aérea Brasileira e com propósitos geopolíticos. Aos índios (após tornarem-se “brasileiros” pela atuação dos franciscanos e salesianos na catequese dos Tiryó, por exemplo), caberia a defesa do território nacional atuando como “sentinelas da pátria” (ROCHA; 2003, p. 102).

Concluído, a era das expedições terminou. A vasta extensão do território nacional tornou-se visível, mapeada, reconhecida do Oiapoque ao Chuí. No entanto, permanecem as desigualdades regionais. Políticas públicas de saneamento ainda são necessárias tanto nas velhas cidades quanto nos novos núcleos urbanos criados pelas expedições. A erradicação da fome, do analfabetismo, da miséria, continua presente no discurso político sem que se possa vislumbrar em curto prazo o fim dessa situação nefasta. A modernização e a construção da identidade nacional são ainda projetos inacabados.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, W. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, in: *Magia e técnica, arte e política. Ensaaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CORRÊA, A. M. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.
- FREIRE, C.A. *Sagas sertanistas: práticas e representações do campo indigenista no século XX*. Tese de doutorado, UFRJ, Departamento de Antropologia, 2005.

- INSTITUTO OSWALDO CRUZ. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, vol. 8, 1916, pp. 74-224.
- LAMOONIER, B. “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República”. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Volume II, São Paulo: DIFEL, 1983.
- LENHARO, A. “A marcha para o azul”. São Paulo: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXXIII, 1984, pp. 7-16.
- LIMA FILHO, M. F. *Pioneiros da Marcha para o Oeste. Memória e identidade na fronteira do Médio Araguaia*. Tese de doutorado, UNB, Departamento de Antropologia, 1998.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. São Paulo: *Projeto História 10, História e Cultura*, 1983.
- OLIVEIRA, A. P. *Roncador-Xingu. Roteiro de uma expedição*. s.l.:s.n., s.d.
- RICARDO, C.. *Marcha para Oeste*. 4 ed., 2 v., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1970.
- RICARDO, C. “O Estado Novo e o seu sentido bandeirante”. Rio de Janeiro. *Cultura Política*, ano I, nº 1, março, 1941.
- ROCHA, L.M. “O Estado, as Fronteiras e o Trinômio Índio-Deus-Pátria: O Caso dos Índios Titiyó”. In: GUTIERREZ, H. et al. *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D’Água, 2003.
- SANTOS, L.A.C. “O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade”. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.
- SODRÉ, N.W. “Fronteira móvel: a margem do pensamento do Presidente Getúlio Vargas”. Rio de Janeiro, *Cultura Política*, ano II, nº 18, agosto, 1942.
- SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças : cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- THIELEN, E. et al. *A ciência a caminho da roça: imagens do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.
- TORRES, Alberto. *As fontes da vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Papelaria Brasil, 1915.
- VILLAS BÔAS, O. *A marcha para o oeste*. São Paulo: Globo, 1994.